

ORIENTAÇÃO PRELIMINAR PARA IDENTIFICAÇÃO DE

ÁREAS INDÍGENAS

PMACI II

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	11, 05, 88
cod	F1D00063

- I - PMACI - o que é
- II - Coordenação do IPEA
- III - Identificação
 - . Introdução
 - . Fases do Trabalho
 - a) Levantamentos Bibliográficos
 - b) Estudo da Realidade Concreta
 - c) Levantamento Fundiário
- IV - Planejamento Visando Garantia Territorial e Forma de Assistência
- V - Levantamento Fotográfico
- VI - Elaboração dos Relatórios
 - . Suma Preliminar
 - . Relatório Global

I - O QUE É O PMACI

Objetivando ordenar a ocupação da área de influência indireta (parte dos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas) da Rodovia BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco, o Governo Federal instituiu o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI visando, dessa forma, evitar a repetição de problemas verificados no processo de colonização ao longo do trecho Cuiabá / Porto Velho.

Seu objetivo principal é proteger a área de influência indireta da rodovia no trecho a ser pavimentado, através das ações integradas de diversas instituições federais e estaduais, quais sejam: FUNAI, SEMA, IBDF, INCRA e EMBRAPA, definidas como executoras do Projeto, cabendo ao IPEA a função de coordenação, unidos no esforço de preservar o meio ambiente e as comunidades indígenas.

O PMACI é parte integrante dos Contratos de Empréstimo assinados entre o Governo Brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

O projeto em si está subdividido em:

- PMACI I que objetiva — na questão indígena — a demarcação e regularização fundiária e é financiado pelo BID; e,

- PMACI II, no caso específico de índios, se destina ao levantamento das necessidades dos grupos indígenas, se restringindo somente à pesquisa e planejamento de assistência. Financiado pelo BIRD.

II - COORDENAÇÃO DO IPEA

A coordenadoria se fez necessária pela observação de que projetos de grande porte, como o asfaltamento da BR-364, no tre

cho Cuiabá/Porto Velho, as ações não integradas entre os diversos órgãos públicos envolvidos, possibilitaram perda de capital aplicado, pelo não alcance dos objetivos sociais propostos. No caso específico da questão indígena, terras foram identificadas, demarcadas e de sintrusadas, sem soluções adequadas dos problemas que afetam tanto a aquelas sociedades, como a neo-brasileira.

A função do IPEA é, assim, assumir a coordenadoria e comprometer-se tecnicamente com a eficácia do Projeto, compatibilizar as atividades e ações dos órgãos envolvidos, com responsabilidade comum.

O IPEA acompanhará o trabalho em todas as suas fases.

1. Preliminar em Brasília onde, em contato com a FUNAI, serão formadas as equipes e elaborado cronograma de desembolso.
2. Reunião com as equipes para discussão sobre os trabalhos de campo.
3. Acompanhamento esporádico, em campo, às equipes.
4. Na elaboração dos relatórios.

III - IDENTIFICAÇÃO

. Introdução

O Estado Brasileiro, em obediência a princípios éticos e políticos de ordem geral, e a compromissos internacionais, reconheceu em lei a existência, em seu território, de povos indígenas sócio-culturalmente distintos e o direito deles quanto às terras que habitam.

Obriga, pois, a defesa dos direitos reais dos indígenas quanto às terras, sem que nessa obrigação influa o grau de integração dos índios.

Cabe ao Estado, através da FUNAI, a legalização das terras indígenas.

A primeira etapa, desta legalização é o que chamamos de identificação. Para sua realização é necessário que se entenda a terra, não como bem apropriável na condição de simples mercadoria, mas sim como território, isto é, dimensão espacial de uma população humana socialmente organizada, sem a qual a própria viabilidade desta é impensável. (IV. Seeger & Castro, 1979, Aspelin 1979).

Portanto, o território — enquanto tal — é fator básico como meio de produção e de reprodução material e simbólica das minorias étnicas, não podendo ser arbitrariamente dividido ou fragmentado, segundo critérios a elas estranhos.

Como fazer a identificação.

A tarefa de identificação de terras é fundamental, porém altamente complexa. Exige compreensão das reivindicações indígenas, conhecimento dos padrões tradicionais do uso da terra pelos índios, conhecimento do potencial de desenvolvimento econômico da região e a capacidade de avaliar como os índios vão se inserir na economia local em futuro previsível. É, portanto, uma tarefa para especialistas (Maybury-Lewis; O Índio Perante o Direito, 1982).

O trabalho se torna ainda mais complexo porque, além da parte propriamente antropológica, deve-se levar em conta fatores políticos que alteram a relação índio/terra, índio/comunidade envolvente. Faz-se necessário um criterioso levantamento dos interesses intrusados no território indígena, principalmente aqueles que afetam setores econômica e politicamente mais desprovidos de poder (posseiros e camponeses).

Portanto, a proposta de trabalho do PMACI II, exige maior elaboração dos meios convencionais de intervenção e, é aí que a participação de vários órgãos é determinante no sentido de garantir a legitimidade do território reivindicado pelos índios, evitando-se posterior negociação dos estudos. Vai além, portanto, de uma mera identificação na medida que propõe uma interpretação consciente da problemática e/ou situação interétnica a que estão submetidos os gru

pos indígenas nos níveis local e regional.

No sentido de tornar esta tarefa mais facilmente exequível e prática, determinou-se a seguinte divisão:

- a) levantamento bibliográfico;
- b) estudo da realidade concreta (grupos com contato e autônomos); e,
- c) levantamento fundiário.

. Fases do Trabalho

a) Levantamento Bibliográfico

O conhecimento da bibliografia específica na fase anterior ao trabalho de campo é imprescindível, pois permitirá à equipe um conhecimento do território e organização tradicional dos grupos indígenas.

Através da forma como foi ocupada a região, poderemos ter uma visão de como os povos tribais tiveram de se reorganizar. A inserção compulsória em atividades produtivas alheias a sua cultura, os massacres, as doenças, desaparecimento de grupos locais etc., terão papel predominante na atual realidade desses povos. A equipe, com este estudo prévio, terá condições de avaliar e entender a nova composição do grupo indígena e ocupação do espaço.

A bibliografia deverá ser utilizada como aprimoramento da qualidade dos trabalhos e não somente em função da quantidade dos dados coletados. A prova da imemorialidade de uma área não se restringe aos dados bibliográficos, é essencial a história oral, que dará condições ao pesquisador de demonstrar a maneira como determinado território foi ocupado e até justificar o abandono de certas áreas e ocupação de novos espaços.

A história passada deve interagir com a atual, e a bibliografia ser inserida, principalmente, para permitir a compreensão da nova realidade.

b) Estudo da Realidade Concreta

O trabalho de campo é a tarefa que possibilitará o real conhecimento dos problemas específicos de cada grupo indígena e da área por estes habitada, sendo a primeira fase no processo de garantia do território tribal.

O início da identificação requererá da equipe uma integração com o grupo indígena em seus vários níveis. As discussões e acompanhamentos não poderão ser restritos às lideranças, assim como, não deverá a equipe usar de relações mercantis com os índios. A participação da comunidade não deve ter aspecto secundário ou ser esta utilizada como mera prestadora de serviços. Ao contrário, é com a participação efetiva das várias categorias estruturadas nessa sociedade e de forma especial os velhos, é que terá o GT condições de reconstruir a história, tradicional e do contato, e entender os vários aspectos da organização social desses povos.

Uma área indígena não é justificada apenas pelos seus aspectos físicos, antes pela inserção de determinado grupo em seu espaço vital. A definição de um "habitat" pode assim estar baseada no cálculo e recursos econômicos provenientes da área e na avaliação das necessidades originadas naquela cultura. Assim sendo, é de suma importância a captação da mobilidade espacial, crescimento demográfico, visão específica de espaço, produção e utilização de recursos.

No estudo da organização social torna-se importante o levantamento do tronco lingüístico, dos grupos de parentesco e alianças, as relações de afinidade e solidariedade que permitirão o entendimento da correlação de forças no interior dessas sociedades e até mesmo sua relação com os demais segmentos regionais. Normalmente, as várias facetas da política e da economia desses grupos são regidas pelas relações sociais.

Os povos indígenas da Bacia Amazônica, muitas vezes pela forma de contato e compulsões sofridas, apresentam-se segmentados ou habitando áreas específicas, com sérias rupturas políticas com os demais membros de sua própria sociedade. O entendimento desta ques-

tão é essencial, pois pode surgir como um fenômeno conjuntural ou ser inerente ao próprio modelo organizacional onde clãs, sibs e mesmo fenômenos de pajelança determinam domínio de novos espaços.

Os fatores intervenientes como doenças, falta de assistência ou mesmo intervenção do Estado, através dos órgãos oficiais tendem a gerar formas de manipulações políticas calcadas no status e poder de relacionamento com os não índios. Sabemos que em muitas regiões, desde a época do SPI, lideranças foram artificialmente formadas e mantidas, de forma a impor aos índios os padrões da sociedade nacional. A compra de terras indígenas por antigos funcionários da aquele serviço, a inserção do trabalho escravo e a prática do barracão foram determinantes para mudanças e novas práticas sociais na Amazônia indígena, resultando em camuflagem de identidade étnica e outros tipos de fenômenos que devem ser relevados em qualquer pesquisa.

A questão econômica se insere neste aspecto globalizante. Se na sociedade tribal ela não é determinante, é através da economia que a sociedade nacional justifica seus atos expropriadores. No trabalho de identificação de território indígena é necessário que, junto com a comunidade, a equipe reproduza a visão indígena sobre trabalho, produção, ocupação de espaço e a relação entre a economia tradicional e aquela inserida pós-contato.

É no estudo da economia indígena que a equipe terá oportunidade de entender as relações internas que envolvem o grupo e deste com a sociedade envolvente. Em tempo de festas, reclusão, pajelança etc., podem os índios estarem relevando uma ou outra atividade econômica (subsistência, caça, pesca etc.). A necessidade de aquisição de bens ou serviços pode, por outro lado, ressaltar em determinado momento produções voltadas para trocas e comercialização com regionais.

Chama atenção em determinadas áreas, a relação dos índios com os regionais invasores de suas terras. Os indígenas, embora sujeitos a formas de espoliação, muitas vezes transacionam comercialmente e até socialmente com aqueles, até como maneira de garantia do espaço físico.

A definição de um território tribal é a conjugação de todos os fatores apontados, partindo sempre do pressuposto que as so ciedades não são estáticas e, também, as tribais estão sujeitas a mu danças. O entendimento deste movimento resultará na concretização da identificação que, antes, é uma necessidade da sociedade nacional.

Nas regiões onde existem grupos autônomos ou isolados, a equipe deverá, basicamente, propor a interdição da área.

O processo de interdição exigirá uma pesquisa bibliográfica (etno-histórica), a sistematização das informações dos grupos indígenas já contatados e da população envolvente regional, localização das aldeias e situação da área a ser interditada (se está havendo invasões, desmatamentos etc.), o que deverá ser realizado por sobrevôo e, quando necessário, por via fluvial (caso específico de áreas que estão sendo invadidas).

Imprescindível se faz, o controle de saúde dos grupos índios e não índios envolventes, assim como o plano de controle de invasão, fatores intervenientes na sobrevivência e organização dos grupos autônomos.

c) Levantamento Fundiário

A análise da questão fundiária é essencial durante a identificação e não constitui um processo isolado. Ao deslocar - se para campo a equipe previamente deverá ir aos cartórios e entrar em contato com as unidades estaduais, objetivando um conhecimento da situação regional.

Caberá à FUNAI e ao INCRA o estudo, caracterização e avaliação de benfeitorias, quando a área indígena estiver intrusada.

É importante definir com precisão as informações básicas para a classificação dos tipos de imóveis e das formas de ocupação, verificando se os invasores têm suas áreas registradas no Cadastro de Imóveis do INCRA, se registradas também no CRI. A classificação da posse permitirá separar os ocupantes não índios podendo,

assim, cada questão ser tratada de maneira adequada e individual.

Além disso, o relatório fundiário deverá demonstrar claramente a realidade da área, como: a manipulação político - regional, tipo de interação com os grupos indígenas, conflitos manifestos ou latentes etc.

A aplicação dos questionários dos laudos de vistoria e avaliação, deve ser realizada na presença do ocupante, não podendo a equipe ignorar a existência de entidades de representação existentes, que expressam os interesses dos ocupantes (ex.: Sindicato de Trabalhadores Rurais).

A questão das indenizações, a partir das novas identificações, merece estudo bem detalhado, onde se permitirá inclusive que se avalie os ocupantes passíveis ou não de serem indenizados. O objetivo deste esforço é também impedir que as indenizações tenham apenas um mero tipo de equivalência mercantil e permitir àqueles que realmente tenham direitos, outras vantagens.

Deverá a equipe propor soluções viáveis, considerando a necessidade de participação dos demais órgãos envolvidos no desintrusamento da área em questão.

Nas áreas já identificadas ou demarcadas, onde foi realizado o levantamento cartorial dos ocupantes e avaliação das benfeitorias, caberá à equipe propor plano para o desintrusamento e controle de invasões. No relatório deverá constar se houve aumento ou não de invasores, desmatamento e novas benfeitorias. As indenizações e reassentamentos ficarão restritos aos ocupantes que se encontravam na área, durante o levantamento fundiário, e os valores serão apenas reajustados pela atual OTN.

A revisão dos limites, junto com o grupo indígena e os ajustamentos quando necessários, deverão ser realizados levando em consideração a nova realidade das identificações.

A equipe de cartografia e/ou topografia acompanhará os trabalhos em todas as suas fases.

IV - PLANEJAMENTO VISANDO GARANTIA TERRITORIAL E FORMA DE ASSISTÊNCIA

A pesquisa para levantamento das necessidades envolverá o grupo indígena, sua relação com outros grupos e a sociedade envolvente procurando, sempre que possível, fazer um diagnóstico destas sociedades e as formas de interação (econômica, política e social) com o grupo estudado.

- Plano de Controle de Invasões

Levantamento das invasões: motivação; origem; frequência, tempo de fixação, relacionamento com os índios, influência da economia e política regionais, opinião crítica dos índios a respeito das invasões.

- Plano de Assistência

Verificar que tipo de assistência vem sendo prestada ao grupo, suas deficiências ou eficácia; necessidade e vontade real dos índios em receber assistência; tipo de assistência a ser prestada; definição pela comunidade das pessoas ou entidades que deverão apoiar ou executar esse trabalho.

- Roteiro para levantamento de dados da situação de saúde das populações indígenas visitadas

1. População Atual:

- Nas Aldeias: - por faixa etária (0-1; 1-5; 5-15; 15 ou +)
- por sexo
- Nas localidades próximas: dados demográficos disponíveis (ver via IBGE)

Observação: Se possível, procurar informações com os índios de quantos eram anteriormente e consultar bibliografia se existir, que refira sobre dados demográficos. Para sabermos se há crescimento ou não.

2. Dados de Mortalidade e Natalidade

Procurar obter informações sobre mortes e nascimentos; quantos? de que sexo? qual a idade? no caso de morte, identificar a causa quando puder e anotar.

Observação: No caso de recém-nascidos, se informar sobre casos de morte. Procurar informações ("com tato") sobre o uso de métodos anticoncepcionais da cultura indígena.

3. Prevalência e Incidência das Doenças

- Nas Aldeias: - ouvir as queixas e os relatos dos índios sobre as questões de saúde, tentando identificar as patologias e, quando for possível, descrever a queixa;

- observar os aspectos físicos, identificando doenças de pele (marcas, manchas, feridas e outras lesões que devam ser descritas), aspectos da saúde oral (dentição, cáries, falta de dentes e outros), desnutrição, anemias, problemas visuais e de audição;

- relatar o que for observado, procurando detalhes maiores com os próprios índios sobre os seus males;

- se informar sobre casos de acidentes e procurar identificar as causas. Por exemplo: cortes com armas e outros instrumentos, com animais selvagens, mordidas de aranha ou cobra e outros;

- no caso de aldeias já contactadas anteriormente, obter informações sobre história de vacinação, bem como de casos de doenças evitáveis por vacinação (Sarampo, Coqueluche, Difteria, Febre Tifóide, Poliomielite, Tuberculose, Febre Amarela e Meningite). Anotar esses dados;

- observar incidência de doenças comuns como, por exemplo, gripes, pneumonias, bronquites, diarréias, febres, infecções urinárias e intestinais, desidratação, conjuntivite, verminoses etc.;

- anotar dados sobre as doenças endêmicas da região (Leishmaniose, Hanseníase, Malária, Febre Amarela etc.) mais frequentes e aquelas que afetam os índios.

Observação: É importante se obter um quadro geral da situação da saúde, detalhada, sem se preocupar em ter diagnósticos precisos dos distúrbios encontrados, mas com uma descrição com detalhes do que se observa.

4. A Medicina Tradicional

Procurar observar e sempre que possível colher informações das práticas tradicionais de assistência do próprio índio. Pa-jelança, uso de ervas etc.

Nunca intervir nessa prática. Procurar integrar, identificando os limites da assistência médica alopática — nos casos e situações que não possam ser resolvidos por eles e sejam sentidos como necessidade.

Outro aspecto é procurar se existe bibliografias a respeito.

A nossa prática dever ser sempre de respeito, nunca irmos com uma postura de hegemonia sobre um saber tradicional, porque nos levaria a uma conduta dominadora e autoritária, trazendo prejuízos e desagregando a cultura tradicional dessas populações.

Em relação a este item — observar e aprender.

5. A Assistência Médica "Civilizada"

- Nas Aldeias já contactadas: verificar que tipo de assistência é realizada, se tem profissional de saúde; verificar sua capacitação; se há posto de enfermagem (anotar estrutura física, material, equipamentos, medicamentos etc.). Observar a relação dessa assistência com a medicina tradicional e a aceitação da comunidade.

— Procurar junto aos Índios identificar e discutir suas propostas e necessidades.

- Nos Grupos Autônomos não intervir com medicação, observar a situação em que se encontram e descrever seus hábitos.

- Nas localidades próximas identificar de que forma se dá a organização dos serviços de saúde locais. Por exemplo: se há centros de saúde, hospitais, clínicas, farmácias etc. Profissionais de saúde disponíveis na região.

— Obter essas informações junto às instituições locais (Secretaria de Saúde, SUCAM, FSESP etc.).

— Identificar sempre o acesso e registrar a distância entre aldeias e localidades próximas. E se os Índios utilizam esses serviços.

6. Hábitos Alimentares

- Descrevê-los e procurar identificar, no caso de introdução de alimentos do branco, a partir de quando se deu.

7. Aspectos de sua Organização

- Descrever que tipo de organização se verifica na comunidade. Suas lideranças e relações de parentesco.

- Observar e verificar se há práticas rituais, festas etc.

8. Observar e anotar o(s) tipo(s) de atividade(s) e se são frequentes: caça, plantio, seringa, castanha etc.

Observação: Em relação a fluxos migratórios verificar de que forma se dá esse movimento na Região. Em relação aos Índios, se há grupos nômades, se as aldeias têm relação entre si e se eles migraram devido a doenças.

9. Tudo que puder ser colhido de informações sobre sua cultura, hábitos etc., é de extrema importância para uma proposta de saúde que leve em consideração a realidade cultural da comunidade onde esta ação se realizará.

10. Observações Finais

Procurar obter o maior número de informações e descrever a comunidade como um todo. As propostas que surgirem e que forem identificadas como necessidades dos índios, devem ser discutidas em conjunto. A participação da comunidade é de fundamental importância no direcionamento e credibilidade de qualquer projeto nessa área — evitar paternalismos e assistencialismos — preocupação que deve estar sempre presente na equipe.

Outros aspectos que não foram levantados neste roteiro e forem considerados no campo como importantes, devem ser anotados. Já que esse roteiro não pode ser completo, o profissional deve ser sensível aos fatos e situações observadas, identificando relações com a saúde.

Observação: Deve ser observado e anotado aspectos em relação ao saneamento básico: água (rio, poço etc.); dejetos (fossa, a céu aberto etc.); lixo (queimado, enterrado, aberto).

V - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Deverá ser o mais completo possível e atender toda a seqüência da pesquisa.

É interessante documentar, caso a comunidade permita, as diferentes atividades culturais indígenas, atividades produtivas, de lazer e, ainda: tipo de moradia e aldeia, invasões, fotos que possam interessar aos planos de saúde e assistência.

Lembramos que há interesse na publicação das fotos que servirão de ilustração aos relatórios.

VI - ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

.Suma Preliminar

.Relatório Global

Pensou-se na elaboração de dois relatórios: o primeiro, direcionado somente para a questão terra, objetivando agilizar o processo de regularização territorial.

Portanto, a suma deverá conter, de uma forma objetiva, todos os dados indispensáveis à definição e comprovação de território indígena, ou seja: imemorialidade, ocupação efetiva de acordo com os usos, costumes e tradições, áreas necessárias à subsistência e sobre vivência física e cultural e o levantamento fundiário.

O relatório final, com prazo para sua elaboração em 60 dias, deverá conter — de forma mais minuciosa — os itens acima especificados, além de: questão relativa à saúde; assistência; controle de invasões; desintrusamento de área; assim como detalhar a questão fundiária.

Brasília, 27 de setembro de 1986

Maria Auxiliadora da Cruz de Sá Leão
Antropóloga

Isa Maria Pacheco Rovedo
Antropóloga

Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange
Antropóloga